

Linx S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015**

Conteúdo

Relatório da administração

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações
financeiras individuais e consolidadas**

Balancos patrimoniais

Demonstrações de resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

A Administração da Linx S.A. (“Linx”, “Companhia”) submete à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis Intermediárias relativas aos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 (“4º trimestre de 2015”, “4T15”) e 31 de dezembro de 2016 (“4º trimestre de 2016”, “4T16”).

A Linx é líder no fornecimento de soluções de software de gestão para o varejo brasileiro.

A Companhia está presente no mercado há mais de 30 anos, oferecendo aos seus clientes sistemas de gestão empresarial integrados, que contemplam toda a cadeia de varejo. Partindo dos softwares de automação comercial, que realizam todas as operações necessárias do ponto de venda (POS), até o enterprise resource planning (ERP) completo, além de soluções de conectividade, transferência eletrônica de fundos, cupom fiscal eletrônico, e-commerce, CRM, NFC-e e mobilidade, todas totalmente integradas, dentre outras ofertas.

Desempenho Operacional e Financeiro

No 4T16, a receita recorrente atingiu R\$126,3 milhões, com crescimento de 12,3% sobre o 4T15 e de 5,6% sobre o 3T16, representando 84% da receita operacional bruta. Estes crescimentos demonstram a resiliência do modelo de negócios baseado em receitas recorrentes, “lock-in” com a base de clientes e a diversificação de verticais, geografias e portfólio.

Relembramos que apesar da recente recuperação nos indicadores de confiança de consumidores e empresas, a performance da economia real e do varejo ainda seguiu fraca no trimestre. Sendo assim, a maior parte do crescimento continua sustentada pelo cross-selling e o lançamento de novas soluções. O saldo líquido de abertura de lojas segue bastante reduzido. Porém, conforme a economia e o varejo se recuperem, este saldo poderá novamente se tornar fonte importante de crescimento para a Linx. Por fim, tivemos nesse trimestre a consolidação da Intercamp a partir de novembro de 2016.

A receita de serviços atingiu R\$24,2 milhões no trimestre, 8,2% menor que no 4T15. Em relação ao 3T16, a receita de serviços cresceu 12,6%. Mesmo com esse crescimento, reforçamos que é estratégia da Linx seguir simplificando e acelerando os processos de implantação, customização e treinamento em seus clientes, reduzindo assim a necessidade de serviços e tornando as soluções mais acessíveis. A migração para a nuvem segue um fator fundamental neste movimento. Atualmente, mais de 45% da receita recorrente já vem de ofertas totalmente em nuvem. Em 2013, este percentual era de 30%.

A combinação das receitas recorrente e de serviços se traduz na receita operacional bruta (ROB). No 4T16, ela foi de R\$150,6 milhões, um aumento de 8,4% sobre o 4T15.

A receita operacional líquida (ROL) atingiu R\$132,0 milhões no 4T16, apresentando um aumento de 8,4% em relação aos R\$121,8 milhões do 4T15.

A diferença a menor no crescimento entre as receitas bruta e líquida no 3T16, em comparação ao 3T15, deriva do aumento, a partir de Dezembro de 2015, do percentual de recolhimento de INSS sobre a receita bruta, que passou de 2,0% para 4,5%. Desta forma, somente a partir do 1T17 teremos novamente bases de comparação similares para os crescimentos das receitas bruta e líquida.

(R\$ mil)	4T16	4T15	Δ%	3T16	Δ%	2016	2015	Δ%
Receita operacional líquida	131.994	121.803	8,4%	123.371	7,0%	495.798	449.183	10,4%
Custos dos serviços prestados	(40.170)	(34.773)	15,5%	(36.713)	9,4%	(147.364)	(128.267)	14,9%
Lucro bruto	91.824	87.030	5,5%	86.658	6,0%	348.434	320.916	8,6%
Despesas operacionais	(76.598)	(69.175)	10,7%	(69.858)	9,6%	(280.259)	(251.155)	11,6%
Gerais e administrativas	(42.958)	(37.289)	15,2%	(37.521)	14,5%	(152.350)	(134.784)	13,0%
Vendas e marketing	(16.539)	(14.654)	12,9%	(16.244)	1,8%	(62.453)	(54.768)	14,0%
Pesquisa e desenvolvimento	(15.498)	(16.245)	-4,6%	(14.795)	4,8%	(59.894)	(57.818)	3,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.603)	(987)	62,4%	(1.298)	23,5%	(5.562)	(3.785)	46,9%
EBIT	15.226	17.855	-14,7%	16.800	-9,4%	68.175	69.761	-2,3%
Depreciação e amortização	15.279	14.364	6,4%	13.994	9,2%	56.316	51.869	8,6%
EBITDA	30.505	32.219	-5,3%	30.794	-0,9%	124.491	121.630	2,4%
Margem EBITDA	23,1%	26,5%	-330 bps	25,0%	-180 bps	25,1%	27,1%	-190 bps

As despesas operacionais, que abrangem as despesas administrativas, depreciação e amortização (sem efeito caixa), vendas e marketing, pesquisa e desenvolvimento e outras receitas (despesas) operacionais, atingiram R\$76,6 milhões no 4T16, 10,7% acima do 4T15 e 9,6% maiores que o 3T16.

O EBITDA atingiu R\$30,5 milhões no 4T16, uma redução de 5,3% em comparação ao 4T15, considerando o aumento do INSS sobre a receita bruta. Em comparação ao 3T16, o EBITDA manteve-se estável.

A margem EBITDA foi de 23,1%, 330 bps abaixo do 4T15 e 180 bps menor em relação ao 3T16.

No ano de 2016, o EBITDA registrou um aumento de 2,4% em relação a 2015, com margem EBITDA ajustada de 25,1%, mesmo considerando o aumento do INSS e a desaceleração do crescimento da receita, que refletiu mais um ano de dificuldades na economia e no varejo.

O lucro líquido foi de R\$18,0 milhões no 4T16, um aumento de 14,7% em comparação aos R\$15,7 milhões do 4T15 e estável em relação ao 3T16.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em observância às disposições constantes em instruções CVM, a Diretoria Estatutária da Linx declara que discutiu, reviu e concordou com as conclusões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis anuais relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, autorizando a sua divulgação.

Relacionamento com Auditores Independentes

As demonstrações contábeis da Companhia e das suas controladas são auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa busca avaliar a existência de conflito de interesses, assim, são avaliados os seguintes aspectos: o auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.

Nesse sentido, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, foram contratados os seguintes serviços: (i) serviços de “Due Diligence”, (ii) revisão legal dos atos societários (iii) revisão de declarações de informações econômico-fiscais da pessoa jurídica. Tais serviços totalizaram R\$ 307 mil, que representaram 40% dos serviços de auditoria externa contratados para o referido exercício.

Em relação a esses serviços a KPMG declarou à Companhia que não existiu qualquer vínculo ou situação de fato que tenha configurado conflito de interesses que inviabilizasse o exercício das suas atividades como auditor da Companhia de forma independente.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017.

A Diretoria



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Linx S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Linx S.A. (Companhia) e suas controladas, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Linx S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de custos de desenvolvimento de *software* (Notas explicativas 4.5.2 e 11) - Controladora e Consolidado

Atividades de desenvolvimento de *software* da Companhia envolvem diversos projetos visando o desenvolvimento de produtos novos ou substancialmente aprimorados no setor de varejo. Consequentemente, o saldo de ativos intangíveis relativos a desenvolvimento de *software* é relevante, assim como os valores capitalizados durante o exercício. A determinação se um gasto deve ser capitalizado envolve um alto grau de julgamento por parte da Companhia, a qual deve demonstrar que os critérios estabelecidos para a capitalização de custos de desenvolvimento de *software* foram atendidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram entendimento do fluxo de informações relacionado à identificação e valorização dos custos de desenvolvimento capitalizados e ao acompanhamento dos projetos associados. Identificamos os projetos que atingiram a fase de desenvolvimento e, com o auxílio de nossos especialistas de tecnologia da informação, avaliamos se esses projetos estavam relacionados ao desenvolvimento de novos produtos e produtos substancialmente aprimorados. Testamos uma amostra dos valores capitalizados para avaliar se todos os critérios determinados para a capitalização de custos de desenvolvimento foram atendidos e se os gastos capitalizados ocorreram antes da data de finalização do projeto de desenvolvimento. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos apropriados os critérios adotados pela Companhia para capitalização de custos de desenvolvimento de *software* no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento de receitas (Nota explicativa 4.8) - Controladora e Consolidado

As receitas da Companhia são oriundas de atividades que incluem o licenciamento de *software* e serviços de suporte e manutenção a clientes no setor de varejo. Este processo envolve julgamento na determinação do momento em que os riscos e benefícios são transferidos para a contraparte e, portanto, quando a receita deve ser reconhecida.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do desenho, implementação e testes de efetividade operacional dos controles sobre o processo de reconhecimento de receita, entendimento das políticas contábeis e sua aplicação para os contratos firmados com clientes, assim como entendimento sobre os critérios para formação de preço dos componentes de um mesmo contrato. Por amostragem, realizamos também testes documentais sobre a existência e contabilização das receitas no período adequado. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.



Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos apropriada a política adotada pela Companhia para reconhecimento de receitas no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valor recuperável de ágio sobre aquisições de negócios (Notas explicativas 4.6.2 e 11) - Controladora e Consolidado

A Companhia realiza aquisições de negócios que geram valores relevantes de ágio, cujo valor recuperável envolve julgamentos significativos na determinação de premissas e estimativas tais como taxas de crescimento e de desconto utilizados na determinação de fluxos de caixas futuros.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Avaliamos as premissas da Companhia para determinar a unidade geradora de caixa na qual o ágio deve ser alocado para análise do valor recuperável. Com o auxílio de nossos especialistas internos em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas na preparação das projeções de fluxos de caixa, incluindo taxas de crescimento e de desconto e comparação dessas premissas com informações do mercado e com base em nosso conhecimento da Companhia e indústria em que opera e comparamos a soma dos fluxos de caixa descontados com o valor de mercado da Companhia, com base em suas ações negociadas publicamente, para fins de avaliação da razoabilidade desses fluxos de caixa. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

O resultado dos nossos procedimentos foi satisfatório e consideramos aceitável a estimativa de valor recuperável do ágio sobre aquisições de negócios no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Contabilização de aquisição de negócios (Notas explicativas 2.1 e 4.1.1) - Consolidado

Em novembro de 2016, a Companhia adquiriu o controle da Intercamp Sistemas e Comércio de Informática S/A que atua essencialmente no ramo de *softwares* para gestão de postos de serviços e lojas de conveniência. Consideramos que as estimativas associadas com a contabilização de uma aquisição de um negócio envolvem um risco significativo uma vez que há julgamentos relevantes na determinação do valor justo de ativos e passivos identificados nesta transação.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com auxílio dos nossos especialistas internos em finanças corporativas, avaliamos as principais premissas e metodologia utilizadas pela Companhia na determinação e adequado reconhecimento do valor justo de ativos e passivos adquiridos e de pagamentos contingentes relacionados à aquisição, com base em nosso conhecimento sobre a Companhia e indústria em que opera e comparamos os cálculos independentes realizados com dados externos e históricos para analisar a razoabilidade do valor justo. Também consideramos a adequação das divulgações feitas nas demonstrações financeiras.

O resultado dos nossos procedimentos foi satisfatório e consideramos aceitáveis as premissas e metodologias utilizadas para contabilização da aquisição de negócios no contexto das demonstrações contábeis consolidadas tomadas em conjunto.



Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rogério Hernandez Garcia
Contador CRC 1SP213431/O-5

Linx S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15			31/12/16	31/12/15		
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	5	52	116	7.227	14.790	Fornecedores		22	14	6.254	6.454
Aplicações financeiras	6	31.261	8.021	639.185	229.091	Empréstimos e financiamentos	12	11.294	11.170	34.499	11.917
Contas a receber de clientes	7	-	-	107.290	91.690	Obrigações trabalhistas	13	-	-	31.204	28.790
Estoques		-	-	169	29	Impostos e contribuições a recolher		165	661	6.368	6.292
Impostos a recuperar		7.473	6.225	29.687	25.610	Imposto de renda e contribuição social		-	-	2.878	600
Empréstimos a partes relacionadas	8	11.343	11.201	-	-	Contas a pagar por aquisição de controladas	14	-	-	23.508	28.335
Outros créditos		35	137	12.061	12.094	Receita diferida	4.8	-	-	7.176	10.593
		<u>50.164</u>	<u>25.700</u>	<u>795.619</u>	<u>373.304</u>	Juros sobre capital próprio a pagar	8/16	-	20	-	20
						Antecipação de dividendos	8	13.125	-	1.125	-
						Débitos com partes relacionadas		108	-	-	-
						Outras contas a pagar		-	-	4.110	5.865
								<u>24.714</u>	<u>11.865</u>	<u>117.122</u>	<u>98.866</u>
Não circulante											
Aplicações financeiras	6	-	-	19.036	-	Não circulante					
Contas a receber de clientes	7	-	-	1.774	2.778	Empréstimos e financiamentos	12	2.812	13.862	96.268	116.421
Empréstimos a partes relacionadas	8	2.812	13.862	-	-	Contas a pagar por aquisição de controladas	14	-	-	57.086	67.236
Outros créditos		-	-	10.875	753	Passivo fiscal diferido	15	-	-	57.169	45.543
Ativo fiscal diferido	15	4.108	-	4.168	-	Outras contas a pagar		-	-	1.931	2.207
		<u>6.920</u>	<u>13.862</u>	<u>35.853</u>	<u>3.531</u>	Provisão para Contingências	17	-	-	518	575
								<u>2.812</u>	<u>13.862</u>	<u>212.972</u>	<u>231.982</u>
						Patrimônio líquido					
Investimentos	9	1.123.720	651.404	-	-	Capital social	16	480.808	352.501	480.808	352.501
Imobilizado	10	-	-	51.258	47.691	Reservas de capital		512.303	195.947	512.303	195.947
Intangível	11	-	-	600.642	571.561	Reservas de lucros		141.292	108.791	141.292	108.791
		<u>1.130.640</u>	<u>665.266</u>	<u>687.753</u>	<u>622.783</u>	Dividendos adicionais propostos		18.875	8.000	18.875	8.000
								<u>1.153.278</u>	<u>665.239</u>	<u>1.153.278</u>	<u>665.239</u>
		<u>1.180.804</u>	<u>690.966</u>	<u>1.483.372</u>	<u>996.087</u>			<u>1.180.804</u>	<u>690.966</u>	<u>1.483.372</u>	<u>996.087</u>

Linx S.A.**Demonstrações de resultados**

Exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receita operacional líquida	18	-	-	495.799	449.183
Custo dos serviços prestados	19	-	-	(147.364)	(128.267)
Lucro bruto		-	-	348.435	320.916
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	19	(208)	(124)	(152.350)	(134.784)
Pesquisa e desenvolvimento	11/19'	(35)	-	(59.894)	(57.818)
Vendas	19	-	-	(62.453)	(54.768)
Resultado da equivalência patrimonial	9	64.083	53.934	-	-
Outras despesas operacionais	19	-	-	(5.562)	(3.785)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		63.840	53.810	68.176	69.761
Receitas financeiras	20	9.278	12.571	49.467	31.865
Despesas financeiras	20	(2.380)	(2.143)	(24.744)	(20.260)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		6.898	10.428	24.723	11.605
Lucro antes dos impostos		70.738	64.238	92.899	81.366
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	-	(279)	(10.595)	(5.052)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(2.237)	(141)	(13.803)	(12.496)
Lucro líquido do período		68.501	63.818	68.501	63.818
Lucro por ação					
Lucro por ação - básico (em Reais)		0,4590	0,4546	0,4590	0,4546
Quantidade de ações		149.249.887	140.381.183	149.249.887	140.381.183
Lucro por ação					
Lucro por ação - diluído (em Reais)		0,4573	0,4537	0,4573	0,4537
Quantidade de ações		149.780.388	140.676.254	149.780.388	140.676.254

Linx S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Lucro líquido do exercício	68.501	63.818	68.501	63.818
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	<u>68.501</u>	<u>63.818</u>	<u>68.501</u>	<u>63.818</u>

Linx S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Nota	Reservas de capital				Reservas de lucros			Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total	
	Capital social	Ágio na subscrição de capital	Plano de opções de ações	Gastos com emissão de ações	Total	Reserva legal	Retenção de lucros				Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	350.662	214.131	3.905	(24.692)	193.344	7.037	69.936	76.973	-	13.199	634.178
Aumento de capital	1.839	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.839
Plano de opções de ações	-	-	2.603	-	2.603	-	-	-	-	-	2.603
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13.199)	(13.199)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	63.818	-	63.818
Destinações:											
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(24.000)	-	(24.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.000)	8.000	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	31.818	31.818	(31.818)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>352.501</u>	<u>214.131</u>	<u>6.508</u>	<u>(24.692)</u>	<u>195.947</u>	<u>7.037</u>	<u>101.754</u>	<u>108.791</u>	<u>-</u>	<u>8.000</u>	<u>665.239</u>
Aumento de capital	16 128.307	325.440	-	-	325.440	-	-	-	-	-	453.747
Gasto com emissão de ações	16 -	-	-	(12.317)	(12.317)	-	-	-	-	-	(12.317)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.125)	(8.000)	(25.125)
Plano de opções de ações	25 -	-	3.233	-	3.233	-	-	-	-	-	3.233
Lucro líquido do período	16 -	-	-	-	-	-	-	-	68.501	-	68.501
Destinações:											
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(18.875)	18.875	-
Retenção de lucros	16 -	-	-	-	-	-	32.501	32.501	(32.501)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>480.808</u>	<u>539.571</u>	<u>9.741</u>	<u>(37.009)</u>	<u>512.303</u>	<u>7.037</u>	<u>134.255</u>	<u>141.292</u>	<u>-</u>	<u>18.875</u>	<u>1.153.278</u>

Linx S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
	68.501	63.818	68.501	63.818
Lucro líquido do período				
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
			56.316	51.869
10/11				
			-	-
9	(64.083)	(53.934)		
			285	813
10/11				
			381	(670)
7				
			3.233	2.603
			16.429	13.846
			13.803	12.496
15	2.237	141		
			10.595	5.052
15				
	(7.712)	(11.817)	(45.793)	(31.837)
	(1.057)	(1.513)	123.750	117.990
Redução (aumento) nos ativos				
			(14.481)	(18.547)
			(63)	134
	(1.249)	1.587	(3.486)	(3.429)
	192	700	(9.755)	(3.486)
Aumento (redução) nos passivos				
	9	(391)	(533)	(1.289)
	-		1.346	(233)
		(1.566)	(633)	(2.247)
			(3.417)	(1.841)
	(496)		(2.213)	(1.416)
15			(8.377)	(4.100)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais				
	(2.601)	(1.183)	82.138	81.536
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
			(12.279)	(13.268)
10				
			(35.507)	(27.037)
11				
	(405.000)	(124.000)		
			(28.197)	(64.492)
		23.400		
	12.000			
	(438.831)	(11.790)	(1.157.186)	(247.440)
6				
	423.303	150.497	773.849	287.822
6				
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos				
	(408.528)	38.107	(459.320)	(64.415)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
			10.000	68.426
			(11.184)	(13.616)
			(14.075)	(8.463)
			(26.187)	(28.574)
	(20)	(23.980)	(20)	(25.481)
	-		-	
			-	
16	128.307	1.839	128.307	1.839
	325.440		325.440	
16			(18.662)	
16	(18.662)			
	(24.000)	(14.700)	(24.000)	(13.835)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos				
	411.065	(36.841)	369.619	(19.704)
Redução do caixa e equivalentes de caixa				
	(64)	83	(7.563)	(2.583)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa				
	116	33	14.790	17.373
	52	116	7.227	14.790
Redução do caixa e equivalentes de caixa				
	(64)	83	(7.563)	(2.583)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Linx S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercício findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receitas				
Venda de serviços e mercadorias	-	-	551.184	489.417
Outras receitas	-	-	1.591	3.655
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	357	670
	-	-	553.132	493.742
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo de serviços e mercadorias vendidas	-	-	(35.677)	(29.222)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros operacionais	(125)	(45)	(69.088)	(62.489)
Perda e recuperação de valores ativos	-	-	(5.945)	(4.785)
	(125)	(45)	(110.710)	(96.496)
Valor adicionado bruto	<u>(125)</u>	<u>(45)</u>	<u>442.422</u>	<u>397.246</u>
Depreciação e amortização	-	-	(56.316)	(51.869)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>(125)</u>	<u>(45)</u>	<u>386.106</u>	<u>345.377</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	64.083	53.934	-	-
Receitas financeiras	9.729	12.571	49.919	31.865
	<u>73.812</u>	<u>66.505</u>	<u>49.919</u>	<u>31.865</u>
Valor adicionado total à distribuir	<u><u>73.687</u></u>	<u><u>66.460</u></u>	<u><u>436.025</u></u>	<u><u>377.242</u></u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	-	-	234.233	209.234
Remuneração direta	-	-	186.886	170.245
Benefícios	-	-	28.335	23.107
FGTS	-	-	19.012	15.882
Impostos, taxas e contribuições	2.806	499	99.072	74.000
Federais	2.806	499	81.653	58.598
Estaduais	-	-	3.574	3.065
Municipais	-	-	13.845	12.337
Remuneração de capitais de terceiros	2.380	2.143	34.219	30.190
Juros	2.380	2.143	24.744	20.260
Aluguéis	-	-	9.475	9.930
Remuneração de capitais de próprios				
Dividendos e juros sobre o capital próprio	36.000	32.000	36.000	32.000
Lucros retidos	<u>32.501</u>	<u>31.818</u>	<u>32.501</u>	<u>31.818</u>
	<u><u>73.687</u></u>	<u><u>66.460</u></u>	<u><u>436.025</u></u>	<u><u>377.242</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

Fundada em 1985 e com sede na Rua Cenno Sbrighi, 170, São Paulo - Capital, a Linx fornece soluções de software de gestão em ERP e POS e oferece soluções de conectividade, TEF, e-commerce e CRM para o setor varejista no Brasil. A Companhia oferece tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, seu modelo verticalizado de atuação, que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte e por meio do nosso modelo de negócios diferenciado.

A Linx S.A. (“Companhia”), abriu seu capital em 06 de fevereiro de 2013 e tem por atividade a participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacional ou estrangeira, como sócia, acionista, cotista e ainda, a representação de outras sociedades de qualquer natureza no Brasil ou no exterior e a administração de bens próprios e de terceiros.

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da BM&F Bovespa e são negociadas sob o código LINX3.

É controladora direta das seguintes Empresas:

Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (“Linx Sistemas”): atuante no desenvolvimento de softwares de gestão no segmento de varejo, prestação de suporte técnico, consultoria e treinamento.

Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda. (“Linx Gerenciamento de Redes”): atuante na prestação de serviços de manutenção, locação e gerenciamento de redes que não envolva geração, transmissão e recepção de sinais de comunicação.

Linx Telecomunicações Ltda. (“Linx Telecomunicações”): atuante na prestação de serviços de telecomunicações em geral, assim entendida na transmissão de voz, dados, imagens e sons por quaisquer meios, incluindo-se serviços de redes e circuitos, telefonia, por quaisquer sistemas, inclusive, pela internet.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações da Linx S.A., suas controladas e fundo exclusivo a seguir relacionados:

	<u>Porcentagem de participação</u>	
	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Controladas		
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda.	99,99%	99,99%
Linx Telecomunicações Ltda.	99,99%	99,99%
Controladas Indiretas		
Neemu Serviços em Tecnologia da Informação S.A. (*)	-	100,00%
Chaordic Systems S.A. (*)	-	100,00%
Chaordic Corporation (**)	100,00%	100,00%
Intercamp Sistemas e Comércio de Informática S.A.	100,00%	-
Fundo Exclusivo		
Retail Renda Fixa Cred Privado FI	100,00%	100,00%

(*) Empresas incorporadas pela controladora Linx Sistemas durante o exercício de 2016.

(**) Empresa controlada pela Linx Sistemas, oriunda da aquisição da Chaordic Systems.

2 Aquisições de controladas

A Companhia através de sua controlada Linx Sistemas, obteve o controle da seguinte empresa no exercício de 2016:

2.1 Intercamp Sistemas e Comércio de Informática S.A. (“INTERCAMP”)

Em 07 de novembro de 2016, a controlada Linx Sistemas adquiriu a totalidade das ações da Intercamp Sistemas e Comércio de Informática S.A.. (“INTERCAMP”), atuante em desenvolvimento e comercialização de softwares destinados a gestão e automação de postos de gasolina e lojas de conveniência.

A aquisição está alinhada com os objetivos estratégicos da Companhia de aquisições no setor de tecnologia, neste caso especificamente softwares de gestão focados no varejo.

Na data da aquisição as contraprestações transferidas foram alocadas aos ativos líquidos adquiridos com base em seu valor justo. Os valores contábeis dos ativos líquidos adquiridos pela Companhia foram os seguintes:

Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Ativo Total	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Patrimônio Líquido
2.371	2.882	5.253	2.869	1.594	790

A Administração estimou que a receita bruta de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016 seria em R\$ 17.364 e um lucro para o período em R\$ 1.508 (valores não auditados). Para o período de novembro de 2016 a 31 de dezembro de 2016 o valor das receitas líquidas totaliza R\$ 2.700 com resultado positivo no período de R\$ 244.

O valor da aquisição foi de R\$ 42.000, sendo que R\$ 29.000 foram pagos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e os demais valores serão pagos conforme o cronograma de pagamentos e atingimento de metas financeiras e operacionais estabelecidas no contrato de compra e venda.

O valor justo total da contraprestação na data de aquisição é de R\$ 39.370. A Companhia espera pagar 100% dos valores atribuíveis a contraprestação contingente (R\$ 8.084)

A seguir, são resumidos os valores das contraprestações transferidas e os valores reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data em que todas as aquisições foram realizadas pela Companhia:

	Data da Aquisição	Participação Societária Adquirida	Valor da operação	Valor da operação atualizado	Valor pago até 31/12/2016	Valor a pagar em 31/12/2016	Alocação Intangível	Alocação ágio
Anos anteriores	31/12/14	-	474.591	501.470	463.787	37.683	181.673	293.816
Neemu	03/09/15	100%	55.456	57.620	35.322	22.298	10.857	40.093
Chaordic	03/09/15	100%	55.980	57.060	46.800	10.260	7.751	46.632
Intercamp	07/11/16	100%	42.000	39.385	29.000	10.385	10.071	28.510
			628.027	655.535	574.909	80.626	210.352	409.051 *

* O valor da alocação do ágio não contempla o montante do VPL das empresas adquiridas e portanto não pode ser conciliado com a nota explicativa 11.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras incluem as principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas as quais foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- A Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem à utilizadas pela administração para sua gestão
- A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 13 de fevereiro de 2017

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas:

Nota Explicativa nº 7 - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;

Nota Explicativa nº 11 - Recuperabilidade de custos de desenvolvimento e Goodwill;

Nota Explicativa nº 15 - Utilização dos créditos fiscais

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pelas controladas da Companhia.

4.1 Base de consolidação

4.1.1 *Combinações de negócios*

As combinações de negócios são registradas utilizando o método de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para o Grupo. Para aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. As alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

Os custos de transação os quais a Companhia incorre com relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

4.1.2 *Controladas*

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

4.1.3 *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com companhias investidas e registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas controladas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

4.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a

moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação

4.3 Instrumentos financeiros

4.3.1 Ativos financeiros não derivativos - Reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenham a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.3.2 Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

a. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos, ou calculáveis, que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros créditos.

b. Caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

c. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Companhia e suas controladas. Os custos da transação são reconhecidos no resultado, conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo, por meio do resultado, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais

levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

4.3.3 *Passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento, baixa e mensuração*

A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado, através do método dos juros efetivos, exceto a contraprestação contingente por aquisição de controladas que é mensurada ao valor justo

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas a pagar por aquisição de controladas, dividendos e outras contas a pagar.

4.3.4 *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em aberto em em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

4.3.5 *Capital social*

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12

4.4 *Imobilizado*

4.4.1 *Reconhecimento e mensuração*

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado.

4.4.2 Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.4.3 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos estão divulgadas na Nota Explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, ou seja, de forma prospectiva.

4.5 Ativos intangíveis e ágio

4.5.1 Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, nas demonstrações financeiras consolidadas. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa nº 2.

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

4.5.2 Pesquisa e desenvolvimento

As despesas com pesquisas são reconhecidas no resultado quando incorridas.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) capacidade para usar ou vender o ativo intangível; (iv) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro, com utilidade para uso interno ou vender o ativo; (v) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (vi) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

4.5.3 *Outros ativos intangíveis*

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas para os exercícios correntes e comparativos são as seguintes:

- | | |
|---|-----------|
| • Software | 5 anos |
| • Softwares desenvolvidos | 3 anos |
| • Tecnologia das aquisições | 3-6 anos |
| • Carteira de clientes das aquisições | 8-20 anos |
| • Acordo de não concorrência das aquisições | 5 anos |
| • Marcas e patentes | 7 anos |

4.6 Redução ao valor recuperável (Impairment)

4.6.1 *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo Linx em condições que o Grupo Linx não consideraria em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados

coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia e suas controladas consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

4.6.2 *Ativos não financeiros*

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil ou UGC (Unidade Geradora de Caixa) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita uma avaliação de mercado atual sobre o período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou unidade geradora de caixa.

Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

4.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

4.8 Receita operacional

A receita da Companhia é dividida em dois grupos:

- Receita de manutenção e assinatura são receitas recorrentes oriundas de: (1) receitas de assinatura relacionadas a serviços para fornecer ao cliente o direito de uso ao software numa infraestrutura baseada em nuvem fornecido pela Companhia ou em nuvem de terceiros, ou ainda baseada na própria infraestrutura interna do cliente, onde o cliente não tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software ou utilizá-lo em sua infraestrutura de TI ou um de um terceiro; e (2) receitas relacionadas a suporte tecnológico, “helpdesk”, aluguel de equipamento, serviço de hospedagem de “software”, pagamento pelo uso das ferramentas e equipes de suporte localizadas nos clientes e serviços de conectividade. Manutenção e assinatura são agregados em um contrato cujo prazo geralmente é de doze meses. Receitas de manutenção e assinatura não são reembolsáveis e são faturados e pagos mensalmente. Essas receitas são reconhecidas no resultado mensalmente conforme os serviços são prestados, iniciando-se na data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os outros critérios de reconhecimento de receita são atendidos.

- Receitas de serviço são consideradas não recorrentes e compreendem serviços de implementação, incluindo personalização, treinamento, licenças dos “softwares” e outros serviços. As receitas de serviços são reconhecidas no resultado em função da sua realização.

As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando: i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente; ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato); iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador; iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e v) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Companhia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Caso os valores faturados excedam os serviços prestados, então a diferença é apresentada como receita diferida (passivo circulante) no balanço patrimonial.

4.9 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

4.10 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

4.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Conforme facultado pela legislação tributária, as controladas Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda. e Neemu Serviços em Tecnologia da Informação S.A. (Neemu incorporada em 30 setembro de 2016) adotam o regime de tributação do lucro presumido, no qual, a base de cálculo do IRPJ e da CSLL é calculada a razão de 32% sobre as receitas provenientes de serviços e 100% das receitas financeiras. Sobre estas, aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Exposições fiscais

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

4.12 Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

a. Previdência privada e participação nos lucros

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes.

A Companhia e suas controladas possuem plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

b. Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Companhia e suas controladas oferecem a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são co-patrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

c. Remuneração com base em opções de compra de ações

A Companhia oferece aos seus executivos plano de incentivo de longo prazo, com base na concessão de opção de compra de ações.

O valor justo das opções outorgadas aos executivos da Companhia e suas controladas é mensurado na data da outorga e a despesa é reconhecida no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Na data do balanço, a Companhia e suas controladas revisam as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, e reconhece, quando aplicável, no

resultado do exercício em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

4.13 Demonstrações de valor adicionado

A Companhia e suas controladas elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

4.14 Informação por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de direitos de uso de sistemas informatizados, na prestação de serviços de implementação, na consultoria, assessoria e manutenção, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio.

Os softwares da Companhia são desenvolvidos para atender a diversos segmentos da economia, sendo os investimentos e resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

4.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo. A Administração não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

4.15.1 IFRS 9 *Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

A companhia e suas controladas ainda não escolheram o método de transição para a nova norma nem determinou seus efeitos nos relatórios financeiros atuais.

4.15.2 IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)*

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser

adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 terá nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

A Companhia e suas controladas ainda não escolheram o método de transição para a nova norma nem determinou seus efeitos nos relatórios financeiros atuais.

4.15.3 IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz o modelo único de contabilização de arrendamentos estabelecendo que o arrendatário deve reconhecer, com limitadas exceções, ativos e passivos para todos os contratos de arrendamento. O arrendatário deve reconhecer o direito de uso do ativo subjacente arrendado e o correspondente passivo. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração está avaliando o impacto de sua adoção.

A Companhia e suas controladas ainda não escolheram o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas.

4.16 Lucro por ação básico e diluído

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período.

O lucro por ação diluído é calculado dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado no respectivo período levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição.

4.17 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

4.17.1 Ativos intangíveis

O valor justo de marcas adquiridas em uma combinação de negócios é baseado no valor presente dos pagamentos de royalties estimados que foram evitados em função da marca ser possuída.

O valor justo dos relacionamentos de clientes adquiridos em uma combinação de negócios é apurado através do método de lucros excedentes de multi períodos, através do qual o ativo subjacente é avaliado após a dedução de um retorno justo sobre todos os outros ativos que fazem parte na criação dos respectivos fluxos de caixa.

O valor justo de outros ativos intangíveis é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

4.17.2 *Contas a receber de clientes e outros créditos*

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

4.17.3 *Imobilizado*

O valor justo do imobilizado reconhecido em função de uma combinação de negócios é baseado em valores de mercado. O valor de mercado da propriedade é valor estimado para o qual um ativo poderia ser trocado da data da avaliação entre partes conhecedoras e interessadas em uma transação sob condições normais de mercado. O valor justo dos itens do ativo imobilizado é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

4.17.4 *Passivos financeiros não derivativos*

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

4.17.5 *Transações de pagamento baseado em ações*

O valor justo das opções de ações a empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes. Inputs de mensuração incluem o preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica do preço da ação da Companhia, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

4.17.6 *Contraprestação contingente*

O valor justo da contraprestação contingente de uma aquisição de negócios é calculado utilizando-se o “income approach” baseado nos valores esperados de pagamento e nas probabilidades associadas à realização desses pagamentos. Quando apropriado, o valor é descontado ao valor presente.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Caixa e bancos	36	100	2.499	13.692
Aplicações financeiras de curto prazo	16	16	4.728	1.098
	52	116	7.227	14.790

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados pela taxa de 101,95% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (103,70% em 31 de dezembro de 2015).

A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 21.

6 Aplicações financeiras

Tipo	Nome	Data de aplicação	Vencimento	TX rend. médio em relação ao CDI (%)	Controladora		Consolidado	
					31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Fundo	Retail Renda Fixa Crédito Privado	14/02/2013	Indeterminado	101,95%	31.261	8.021	639.185	211.840
LF	Letra Financeira Escritural	13/10/2014	15/10/2018	103,00%	-	-	19.036	17.251
					31.261	8.021	658.221	229.091

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Ativo Circulante	31.261	8.021	639.185	229.091
Ativo não circulante	-	-	19.036	-
	31.261	8.021	658.221	229.091

Segue abaixo abertura da carteira do fundo de investimentos:

Tipo	Código	Data de aplicação	Emissão	Vencimento	Quantidade	Indexador	Valor da aplicação	31/12/2015 Valor líquido
Renda Fixa	CDBLA	30/10/13 à 21/02/14	30/10/13 à 21/02/14	22/02/16 A 02/10/18	30.948	CDI D 101%	30.948	38.588
Renda Fixa	DEBLA	03/02/14 à 29/04/14	28/04/16 à 01/02/16	01/02/16 à 28/04/16	36.581	CDI D 101,5%	10.002	12.308
Renda Fixa	LF	31/10/2013 à 26/10/15	29/11/13 à 26/10/15	03/11/2015 à 22/10/18	43	CDI e CDI D 108%	13.270	14.838
Renda Fixa	LFS	15/02/13	16/01/13	15/01/19	28	CDI D 111%	8.453	11.846
Renda Fixa	LFSFC	15/02/13 à 30/03/15	30/08/10 à 16/05/12	30/08/16 à 15/05/18	23	CDI e CDI D112%	14.405	14.464
Renda Fixa	LFT	27/03/15 à 21/09/15	01/07/00 à 11/01/2013	01/09/18 à 01/03/21	2.419	SELIC	16.832	17.913
Renda Fixa	PRE	31/12/15	01/07/00	04/01/16	5.527	PRE 14,15 A.A	40.794	40.794
Fundo de investimento	Outros fundos	-	-	-	359.532	-	-	61.115
Renda Fixa	LF	-	13/10/14	13/10/16	1	CDI 103,7%	17.251	17.251
								229.117
Despesas do fundo								(28)
Saldo em tesouraria								2
								229.091

Tipo	Código	Data de aplicação	Emissão	Vencimento	Quantidade	Indexador	Valor da aplicação	31/12/2016 Valor líquido
Renda Fixa	CDBLA	29/11/16	29/11/16	09/06/17	4.715	CDI D 101%	4.715	4.771
Renda Fixa	DEBLA	25/02/16	25/02/16	22/02/18	22.188	CDI D 101,5%	7.588	8.503
Renda Fixa	LF	11/12/2014 à 26/10/15	11/12/14 à 26/10/15	11/12/2017 à 26/10/17	326	CDI e CDI D 108%	98.026	103.276
Renda Fixa	LFS	15/02/13	16/01/13	15/01/19	28	CDI D 111%	8.453	13.734
Renda Fixa	LFSFC	15/02/13 à 01/12/15	30/03/11 à 16/05/12	30/03/17 à 15/05/18	20	CDI e CDI D112%	11.289	11.245
Renda Fixa	LFT	27/03/15 à 30/09/16	01/07/00 à 11/01/2013	01/09/18 à 01/09/21	17.714	LFT	142.361	149.202
Renda Fixa	PRE	30/12/16	30/12/16	15/08/18	53.256	PRE 13,65 A.A	160.155	160.155
Fundo de investimento	Outros fundos	-	-	-	969.809	-	-	188.359
Renda Fixa	LF	-	13/10/14	15/10/18	1	CDI 103%	19.120	19.036
								658.281
Despesas do fundo								(64)
Saldo em tesouraria								4
								658.221
Ativo Circulante								639.185
Ativo Não Circulante								19.036

A Administração tem por política a utilização destes recursos, única e exclusivamente, para fins de pagamentos pontuais, tais como aquisições de empresas e pagamento de JCP, não utilizando os recursos aplicados nesta conta para fazer frente a sua necessidade de fluxo de caixa operacional.

A exposição da Companhia e suas controladas a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota Explicativa nº 21.

7 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Duplicatas e Cheques a Receber		
A Vencer	90.213	77.440
Vencidos (a)	21.721	20.339
	111.934	97.779
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.615)	(2.996)
(-) Ajustes a valor presente	(255)	(315)
	109.064 *	94.468
Circulante	107.290	91.690
Não circulante	1.774	2.778

(a) Os títulos vencidos têm a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
De 1 a 30 dias	7.405	7.376
De 31 a 60 dias	4.360	3.544
De 61 a 90 dias	2.389	2.272
De 91 a 180 dias	3.612	3.135
Acima de 181 dias	3.955	4.012
	21.721	20.339

A Companhia e suas controladas constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa dos títulos vencidos acima de 180 dias que representa, basicamente, a perda histórica e adicionalmente cheques devolvidos e duplicatas a receber com discussão em juízo. Em nosso critério, deduzimos os valores referentes a depósitos não identificados recebidos há mais de 180 dias (R\$ 1.507 e R\$ 1.266 em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, respectivamente).

A movimentação desta provisão no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Saldo inicial	(2.996)	(3.604)
Adição por aquisição	-	(62)
Adição de provisão	(3.637)	(1.172)
Utilização / reversão	4.018	1.842
Saldo final	(2.615)	(2.996)

* A posição do contas a receber em 31/12/2016, inclui a Intercamp que foi adquirida em 07/11/2016.

8 Partes relacionadas

Saldos patrimoniais

Ativo- Contas a receber

	Controladora			
	31/12/16		31/12/15	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Ativo circulante	Ativo não circulante
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	11.343	2.812	11.201	13.862
	11.343	2.812	11.201	13.862

Passivo-Outras contas a pagar

	Controladora			
	31/12/16		31/12/15	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	108	-	-	-
	108	-	-	-

O saldo com partes relacionadas refere-se substancialmente ao empréstimo atualizado pela TJLP, acrescido de 1% a 1,5% ao ano e também ao repasse de despesas. O saldo do empréstimo está sendo recebido de abril de 2014 até março de 2018.

Em 23 de agosto de 2016 as controladas Linx Sistemas e Linx Gerenciamento de Redes transferiram para a Companhia R\$ 8.000 e R\$ 4.000, respectivamente, a título de antecipação de dividendos do primeiro semestre de 2016, compreendido entre o período de 01 de janeiro de 2016 a 30 de junho de 2016. Os valores estão registrados na rubrica de antecipação de dividendos no balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui empréstimos em aberto no montante de R\$ 130.767 (R\$ 128.338 em 31 de dezembro de 2015) com seu acionista (BNDES) conforme apresentado na Nota Explicativa N° 12.

8.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração (4 e 5 administradores em 2016 e 2015, respectivamente), são resumidas como segue:

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Benefício de curto prazo a empregados		
Pagamento de Pró-Labore	5.985	5.299
Pagamentos com base em ações	1.865	2.052
	7.850	7.351

8.2 Resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 existiram despesas compartilhadas no montante de R\$ 7.809 (R\$ 9.450 em 2015), transações de compras e vendas entre partes relacionadas no montante de R\$ 156 (R\$ 87 em 2015) e receitas e despesas financeiras referentes a juros de empréstimos, as quais foram eliminadas no montante de R\$ 1.719 (R\$ 1.870 em 2015).

9 Investimentos

9.1 Investimentos em controladas diretas

	Controladora	
	31/12/16	31/12/15
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	1.070.023	631.097
Linx Serviços de Gerenciamento de Redes Ltda.	49.135	16.826
Linx Telecomunicações Ltda.	4.562	3.481
	1.123.720	651.404

9.2 Informações em controladas diretas

	Linx Sistemas	Linx Gerenciamento de Redes	Linx Telecomunicações	Total
31 de dezembro de 2015				
Participação	99,99%	99,99%	99,99%	
Ativos circulantes	344.059	12.664	3.814	360.537
Ativos não circulantes	615.246	7.527	135	622.908
Total de ativos	959.305	20.191	3.949	983.445
Passivos circulantes	96.107	3.357	468	99.932
Passivos não circulantes	232.101	8	-	232.109
Total de passivos	328.208	3.365	468	332.041
Patrimônio Líquido	631.097	16.826	3.481	651.404
Receitas	486.770	28.646	10.981	526.397
Despesas	(437.719)	(24.350)	(10.394)	(472.463)
Lucro ou prejuízo	49.051	4.296	587	53.934
Resultado Equivalência Patrimonial	49.051	4.296	587	53.934
31 de dezembro de 2016				
Participação	99,99%	99,99%	99,99%	
Ativos circulantes	737.951	46.151	5.634	789.736
Ativos não circulantes	656.398	8.132	79	664.609
Total de ativos	1.394.349	54.283	5.713	1.454.345
Passivos circulantes	111.354	5.148	1.151	117.653
Passivos não circulantes	212.971	-	-	212.971
Total de passivos	324.325	5.148	1.151	330.624
Patrimônio Líquido	1.070.024	49.135	4.562	1.123.720
Receitas	529.231	68.725	13.158	611.114
Despesas	(498.538)	(36.416)	(12.077)	(547.031)
Lucro ou prejuízo	30.693	32.309	1.081	64.083
Equivalência Patrimonial	30.693	32.309	1.081	64.083

9.3 Movimentação dos investimentos

	Linx Sistemas	Linx Gerenciamento de Redes	Linx Telecomunicações	Total
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2014	470.443	12.530	2.894	485.867
Equivalência patrimonial	49.051	4.296	587	53.934
Aumento de capital	124.000			124.000
Plano de outorga de ações	2.603	-	-	2.603
Juros sobre capital próprio	(15.000)	-	-	(15.000)
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2015	631.097	16.826	3.481	651.404
Equivalência patrimonial	30.693	32.309	1.081	64.083
Aumento de capital	405.000	-	-	405.000
Plano de outorga de ações	3.233	-	-	3.233
Saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2016	1.070.023	49.135	4.562	1.123.720

10 Imobilizado

	Consolidado							Total do ativo Imobilizado
	Computadores e eletrônicos	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Beneficiárias em imóveis de terceiros	Imóveis	Outros componentes	
Custo								
Saldo em 31 de Dezembro, 2014	25.419	9.543	5.154	16.663	12.465	3.349	1.012	73.605
Adições	2.140	2.490	793	4.666	3.179	-	-	13.268
Adição por aquisições de empresas	687	-	697	306	1.310	-	-	3.000
Baixas	(87)	(2.274)	(67)	(15)	-	-	-	(2.443)
Transferência	278	(1)	1	(275)	2	1	(6)	-
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	28.437	9.758	6.578	21.345	16.956	3.350	1.006	87.430
Depreciação								
Saldo em 31 de Dezembro, 2014	(17.379)	(4.462)	(2.168)	(4.637)	(2.489)	(179)	-	(31.314)
Adições	(3.071)	(1.887)	(507)	(1.669)	(1.568)	(110)	-	(8.812)
Adição por aquisições de empresas	(280)	-	(156)	(67)	(973)	-	-	(1.476)
Baixas	44	1.791	15	12	-	-	-	1.862
Transferência	(143)	-	-	143	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	(20.829)	(4.558)	(2.816)	(6.218)	(5.030)	(289)	-	(39.740)
Valor Residual								
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	7.608	5.200	3.762	15.127	11.926	3.061	1.006	47.691
Saldo em 31 de Dezembro, 2014	8.040	5.082	2.986	12.026	9.976	3.170	1.012	42.293
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	10%	4%	-	-

Linx S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016 e 2015

	Consolidado							Total do ativo Imobilizado
	Computadores e eletrônicos	Veículos	Móveis e utensílios	Instalações, máquinas e equipamentos	Beneficiárias em móveis de terceiros	Imóveis	Outros componentes	
Custo								
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	28.437	9.758	6.578	21.345	16.956	3.350	1.006	87.430
Adições	3.721	897	1.412	4.426	-	2.908	-	13.364
Adição por aquisições de empresas	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	(47)	(797)	(75)	(88)	-	(1)	-	(1.008)
Transferência	-	-	6	(6)	-	(1)	-	(1)
Adições	32.111	9.858	7.921	25.677	16.956	6.256	1.006	99.785
Depreciação								
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	(20.829)	(4.558)	(2.816)	(6.218)	(5.030)	(289)	-	(39.740)
Adições	(2.868)	(1.746)	(620)	(2.138)	-	(1.704)	(120)	(9.196)
Adição por aquisições de empresas	(190)	(16)	(59)	(55)	-	-	-	(320)
Baixas	27	640	31	31	-	-	-	729
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	(23.860)	(5.680)	(3.464)	(8.380)	(5.030)	(1.993)	(120)	(48.527)
Valor Residual								
Saldo em 31 de Dezembro, 2016	8.251	4.178	4.457	17.297	11.926	4.263	886	51.258
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	7.608	5.201	3.762	15.127	11.926	3.061	1.006	47.691
Taxa média de depreciação anual	20%	20%	10%	10%	10%	4%	-	-

As adições à depreciação acumulada, demonstradas na movimentação do exercício foram registradas na rubrica “despesas operacionais administrativas e gerais”.

11 Intangível

	Consolidado									Total do ativo Intangível
	Software	Desenvolvimento de Software	Softwares desenvolvidos	Desenvolvimento de Software - Juros Capitalizados *	Marcas adquiridas	Tecnologia aquisições	Carteira de clientes aquisições	Acordo de não concorrência aquisições	Ágio	
Custo										
Saldo em 31 de dezembro, 2014	19.944	586	61.556	817	42.375	74.271	86.408	771	303.961	1
Adições	6.656	323	17.216	1.151	-	411	-	-	-	-
Adição por aquisições de empresas	25	-	-	-	-	-	-	-	106.613	-
Baixas	(16)	(16)	(217)	-	-	-	-	-	-	(232)
Transferência	(661)	-	167	1	3.812	15.949	13.570	1	(32.841)	2
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	25.964	893	78.722	1.969	46.187	90.631	99.978	772	377.734	3
Amortização										
Saldo em 31 de dezembro, 2014	(8.392)	-	(38.095)	(87)	(232)	(39.194)	(17.491)	(772)	(3.963)	-
Adições	(3.694)	-	(13.543)	(375)	(961)	(15.471)	(9.013)	-	-	(43.057)
Adição por aquisições de empresas	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	(12.095)	-	(51.638)	(462)	(1.193)	(54.665)	(26.504)	(772)	(3.963)	-
Valor Residual										
Saldo em 31 de Dezembro, 2015	13.869	893	27.084	1.507	44.994	35.966	73.474	-	373.771	3
Saldo em 31 de dezembro, 2014	11.552	586	23.461	730	42.143	35.077	68.917	(1)	299.998	1

* Valores relativos à capitalização de juros sobre o empréstimos obtido junto BNDES (atualizado a taxa de 1,5% ao ano acima da taxa de juros de longo prazo - TLP (limitado a 6%)), destinado e utilizado no desenvolvimento de software.

	Consolidado									Total do ativo Intangível
	Software	Desenvolvimento de Software	Softwares desenvolvidos	Desenvolvimento de Software - Juros Capitalizados *	Marcas adquiridas	Tecnologia aquisições	Carteira de clientes aquisições	Acordo de não concorrência aquisições	Ágio	
Custo										
Saldo em 31 de dezembro, 2015	25.964	893	78.722	1.969	46.187	90.631	99.978	772	377.734	3
Adições	6.474	6.909	20.761	1.223	-	120	-	-	21	-
Adição por aquisições de empresas	2.327	-	-	-	-	865	9.205	-	28.510	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	-	(5.954)	5.954	-	-	(215)	(2.772)	-	2.987	-
Saldo em 31 de Dezembro, 2016	34.765	1.848	105.437	3.192	46.187	91.401	106.411	772	409.252	3
Amortização										
Saldo em 31 de dezembro, 2015	(12.095)	-	(51.638)	(462)	(1.193)	(54.665)	(26.504)	(772)	(3.963)	-
Adições	(4.879)	-	(18.987)	(750)	(961)	(11.481)	(10.062)	-	-	(47.120)
Adição por aquisições de empresas	(214)	-	-	-	-	-	-	-	-	(214)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência	(499)	-	-	-	-	499	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro, 2016	(17.687)	-	(70.625)	(1.212)	(2.154)	(65.647)	(36.566)	(772)	(3.963)	-
Valor Residual										
Saldo em 31 de Dezembro, 2016	17.078	1.848	34.812	1.980	44.033	25.754	69.845	-	405.289	3
Saldo em 31 de dezembro, 2015	13.869	893	27.084	1.507	44.994	35.966	73.474	-	373.771	3

* Valores relativos à capitalização de juros sobre o empréstimos obtido junto BNDES (atualizado a taxa de 1,5% ao ano acima da taxa de juros de longo prazo - TLP (limitado a 6%)), destinado e utilizado no desenvolvimento de software.

As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação do exercício foram registradas na rubrica “despesas operacionais administrativas e gerais”.

11.1 Desenvolvimento de software

A atividade da controlada Linx Sistemas pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio de três anos que, segundo a Administração, reflete o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos. A amortização foi registrada no grupo de contas de despesas gerais e administrativas no resultado do exercício.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi reconhecido no resultado do exercício o montante de R\$ 59.894 (R\$ 57.818 em 2015) no consolidado, referente à pesquisa e manutenção dos softwares desenvolvidos.

11.2 Análise de recuperabilidade - Ágio

A Administração da Companhia efetua anualmente a análise da recuperabilidade do ágio. No teste realizado em 30 de novembro de 2016, foi considerado o planejamento de longo prazo até 2021, elaborados para o segmento Linx Sistemas, atuante no desenvolvimento de software no segmento de varejo e atacado, prestação de assistência técnica relacionada com sua atividade comercial, consultoria e cursos para formação e desenvolvimento pessoal, consultoria para a tomada de decisões estratégicas, com as seguintes premissas mais relevantes:

As receitas foram projetadas entre 2017 e 2021, considerando o crescimento da base de clientes. O crescimento é de 10% a 11% ao ano.

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia.

Para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2016, para perpetuidade, consideramos uma taxa de crescimento de 5,5% , correspondente à expectativa de inflação de longo prazo do Banco Central do Brasil (BCB), acrescido de 1% de crescimento real. A taxa de desconto utilizada foi 15,03 %

Em 31 de dezembro de 2016 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do ágio. O teste de recuperação comprovou o retorno econômico sobre os ativos operacionais, incluindo o ágio. A Companhia espera que todo o ágio reconhecido seja dedutível para fins fiscais.

12 Empréstimos e financiamentos

Tipo	Encargos	Taxa Efetiva	Vencimento	Garantia / Tipo	Controladora		Consolidado	
					31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,5% a.a.	9,274% a.a.	15/03/2018	(a)	14.106	25.032	14.106	25.032
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,67% a.a.	9,446% a.a.	15/02/2021	(b)	-	-	104.994	103.306
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,96% a.a.	9,751% a.a.	15/03/2022	(c)	-	-	9.715	-
Empréstimo - BNDES	TJLP + 1,00 % a.a.	8,768% a.a.	01/09/2019	(d)	-	-	1.952	-
					<u>14.106</u>	<u>25.032</u>	<u>130.767</u>	<u>128.338</u>
Passivo circulante					<u>11.294</u>	<u>11.170</u>	<u>34.499</u>	<u>11.917</u>
Passivo não circulante					<u>2.812</u>	<u>13.862</u>	<u>96.268</u>	<u>116.421</u>

O montante classificado no passivo não circulante no consolidado terá o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano	Controladora	
	31/12/16	31/12/15
2017	-	11.090
2018	<u>2.812</u>	<u>2.772</u>
	<u>2.812</u>	<u>13.862</u>

Ano	Controladora	
	31/12/16	31/12/15
2017	-	32.450
2018	31.446	28.414
2019	28.984	25.642
2020	28.453	25.642
2021	6.776	4.273
2022	609	-
	<u>96.268</u>	<u>116.421</u>

A movimentação está demonstrada a seguir:

	Controladora	
	31/12/16	31/12/15
Saldo Anterior	25.032	36.013
Encargos financeiros	1.718	1.266
Encargos financeiros pagos	(1.588)	(1.193)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(11.056)	(11.054)
	<u>14.106</u>	<u>25.032</u>

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Saldo Anterior	128.338	72.177
Ingressos de empréstimos e financiamentos	10.000	67.584
Ingressos por Aquisição	2.296	-
Encargos financeiros	10.808	5.903
Encargos financeiros pagos	(9.491)	(4.711)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(11.184)	(12.615)
	130.767	128.338

12.1 Operações com partes relacionadas

(a) O empréstimo do BNDES possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Os seguintes índices devem ser apurados semestralmente nos demonstrativos financeiros consolidados:

- a. Endividamento geral / ativo total: igual ou inferior a 65%;
- b. Dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 3,0;
- c. EBITDA / Receita operacional líquida: igual ou superior a 20%.

Para efeito de apuração dos índices, deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios:

- EBITDA: Resultado antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização;
- Dívida líquida: Saldos das dívidas decorrentes de financiamentos, debêntures e similares, excluídos os valores correspondentes aos saldos da dívida decorrente dos financiamentos contratados diretamente com o BNDES e das Disponibilidades.

Na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos no contrato, a Companhia deve constituir, no prazo de 120 dias, contado da data do inadimplemento, garantias reais, aceitas pelo BNDES em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida de decorrente, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

A controlada e interveniente Linx Sistemas e Consultoria Ltda. se obrigam a depositar as receitas provenientes da prestação de serviços em uma “conta centralizadora” aberta para tal fim.

Não identificamos nenhum evento de não conformidade dos covenants em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015.

- (b) O empréstimo do BNDES firmado em 28 de outubro de 2014 ,possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Durante a vigência do contrato, dois dos seguintes índices apurados semanalmente nos demonstrativos consolidados devem ser mantidos:
- a. Endividamento geral / ativo total: igual ou inferior a 60%;
 - b. Dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 2,0;
 - c. EBITDA / Receita operacional líquida: igual ou superior a 20%.

Para efeito de apuração dos índices, deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios:

- EBITDA: Resultado antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização;
- Dívida líquida: Saldos das dívidas onerosas consolidadas, incluindo empréstimos e financiamentos; mútuos, emissão de títulos de renda fixa, notas promissórias e debêntures, conversíveis ou não, no mercado de capital local ou internacional, bem como a venda ou a cessão de recebíveis futuros, caso sejam contabilizados como obrigações; e demais operações financeiras de endividamento da companhia, registrados nos passivos circulantes e não circulantes, menos as Disponibilidades. Para efeito de apuração deste índice não serão considerados como Dívida Líquida os valores classificados no Balanço patrimonial como Contas a pagar por aquisição de controladas.

Na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos no contrato, a Companhia deve constituir, no prazo de 180 dias, contado da data do inadimplemento, garantias reais, aceitas pelo BNDES em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida decorrente, ou apresentar fiança bancária a ser prestada por instituição financeira que a Critério do BNDES, esteja em situação econômica financeira que lhe confira grau de notória solvência, pelo valor total da dívida, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

Não identificamos nenhum evento de não conformidade dos covenants em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015.

- (c) O empréstimo do BNDES firmado em 11 de dezembro de 2015, possui cláusula restritiva para pagamento antecipado da dívida. Durante a vigência do contrato, dois dos seguintes índices apurados semestralmente nos demonstrativos consolidados devem ser mantidos::
- a. Endividamento geral / ativo total: igual ou inferior a 60%;
 - b. Dívida líquida / EBITDA: igual ou inferior a 2,0;
 - c. EBITDA / Receita operacional líquida: igual ou superior a 20%.

Para efeito de apuração dos índices, deverão ser adotadas as seguintes definições e critérios:

- EBITDA: Resultado antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização;
- Dívida líquida: Saldos das dívidas onerosas consolidadas, incluindo empréstimos e financiamentos; mútuos, emissão de títulos de renda fixa, notas promissórias e debêntures,

convertíveis ou não, no mercado de capital local ou internacional, bem como a venda ou a cessão de recebíveis futuros, caso sejam contabilizados como obrigações; e demais operações financeiras de endividamento da companhia, registrados nos passivos circulantes e não circulantes, menos as Disponibilidades. Para efeito de apuração deste índice não serão considerados como Dívida Líquida os valores classificados no Balanço patrimonial como Contas a pagar por aquisição de controladas

Na hipótese de não atingimento dos níveis estabelecidos no contrato, a Companhia deve constituir, no prazo de 180 dias, contado da data do inadimplemento, garantias reais, aceitas pelo BNDES em valor correspondente a, no mínimo, 130% do valor do financiamento ou da dívida decorrente, ou apresentar fiança bancária a ser prestada por instituição financeira que a Critério do BNDES, esteja em situação econômica financeira que lhe confira grau de notória solvência, pelo valor total da dívida, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

Não identificamos nenhum evento de não conformidade dos covenants em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015.

- (d) O saldo de empréstimo BNDES refere-se a empréstimos bancários oriundos da aquisição da empresa Intercamp Sistemas e Comércio de Informática S.A. em 07 de novembro de 2016.

13 Obrigações trabalhistas

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Provisão Férias, 13º Salário e encargos	20.561	17.443
INSS a Recolher	4.602	3.964
Provisão participação lucros e resultados	2.081	3.178
FGTS a pagar	1.818	1.708
Salários a pagar	1.252	1.952
Outros	890	545
	<u>31.204</u>	<u>28.790</u>

14 Contas a pagar por aquisição de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas referem-se aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com cláusulas contratuais e possuem os seguintes cronogramas de liquidação:

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Parcelas não sujeitas à atualização	11.996	5.135
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do CDI	448	4.346
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPCA	60.988	76.854
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPC	-	383
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IGPM	9.824	9.165
Ajuste a valor presente com base na SELIC	(2.662)	(312)
	<u>80.594</u>	<u>95.571</u>
Passivo circulante	<u>23.508</u>	<u>28.335</u>
Passivo não circulante	<u>57.086</u>	<u>67.236</u>

O montante classificado no passivo não circulante será amortizado de acordo com o seguinte cronograma:

Ano	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
2017	-	23.361
2018	38.806	29.876
2019	14.983	11.879
2020	2.253	2.120
2021	1.044	-
	<u>57.086</u>	<u>67.236</u>

Do total a pagar em 31 de dezembro de 2016, R\$ 46.692 é relacionado a consideração contingente (R\$ 52.108 em 31 de dezembro de 2015). A empresa espera liquidar integralmente os valores relativos a contraprestações contingentes e não houve alterações relevantes de expectativas em relação ao ano anterior. O valor justo destas obrigações, considerou também uma taxa de juros de mercado (Selic). A hierarquia do valor justo da consideração contingente é classificada como nível 3.

A movimentação no consolidado está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Saldo Anterior	95.571	76.959
Adição por aquisição	42.000	111.436
Pagamentos de Principal	(55.317)	(97.074)
Encargos financeiros pagos	(4.357)	(3.693)
Atualização Encargos financeiros/ Variação VPL	2.697	7.943
	<u>80.594</u>	<u>95.571</u>

15 Imposto de renda e contribuição social

15.1 Despesa de imposto de renda e contribuição social

O imposto sobre o lucro antes do imposto difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto nominal, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	(279)	(10.595)	(5.052)
Imposto diferido				
Imposto diferido sobre o lucro do exercício	(2.237)	(141)	(13.803)	(12.496)
Despesa de imposto de renda e contribuição social para renda efetiva	<u>(2.237)</u>	<u>(420)</u>	<u>(24.398)</u>	<u>(17.548)</u>

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	70.738	64.238	92.898	81.367
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(64.083)</u>	<u>(53.934)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado ajustado	6.655	10.304	92.898	81.367
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de 34%	(2.263)	(3.503)	(31.585)	(27.665)
Diferenças permanentes				
Lei 11.196/05 (Incentivo a pesquisa e Desenvolvimento)	-	-	-	-
Pagamento de juros sobre capital próprio	-	8.160	-	2.448
Recebimento de juros sobre capital próprio	-	(5.100)	-	8.160
Previsão de pagamento de juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Diferença de imposto de renda e contribuição social apurado pelo lucro presumido	-	-	7.387	-
Outras diferenças líquidas	<u>26</u>	<u>23</u>	<u>(200)</u>	<u>(491)</u>
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	<u>(2.237)</u>	<u>(420)</u>	<u>(24.398)</u>	<u>(17.548)</u>
Alíquota efetiva	<u>34%</u>	<u>4%</u>	<u>26%</u>	<u>22%</u>

15.2 Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

	Controladora		
	31/12/15	Reconhecido no patrimônio líquido	31/12/16
IR/CS diferidos sobre gasto com emissão de ações	-	4.108	4.108
Ativo fiscal diferido	-	4.108	4.108
	Consolidado		
	31/12/15	Reconhecido no resultado	31/12/16
IR/CS diferidos sobre diferença entre ágio contábil e ágio fiscal	(28.235)	(20.544)	(48.779)
IR/CS diferidos sobre ativos identificados nas aquisições	(20.447)	4.750	(15.697)
IR/CS diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	5.104	5.104
IR/CS diferidos sobre gasto com emissão de ações	-	4.108	4.108
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	170	87	257
Provisão benefícios para empregados	1.921	(624)	1.297
Provisão para contingências	196	(20)	176
Provisão para ajuste a valor presente	(56)	130	74
Provisão para pagamento de comissões	104	57	161
Plano de opção de compra de ações	595	(403)	192
Outras provisões	209	(163)	46
Diferido líquido	(45.543)	(7.518)	(53.061)
Passivo fiscal diferido	(45.543)		(53.061)

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), independentemente de reforma deste Estatuto Social, mediante deliberação do Conselho de Administração.

O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponde a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

O órgão competente para deliberar sobre as emissões é o Conselho de Administração, onde o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no País e/ou no exterior.

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4o da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

No dia 29 de fevereiro de 2016 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, em razão do exercício parcial, pelos respectivos beneficiários, da opção de compra referente à outorga inicial do Plano de Opção de Ações aprovado na AGE de 04 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 5.779, passando, portanto, de R\$ 352.501 para R\$ 358.280, mediante a emissão de 232.591 novas ações ordinárias de emissão da Companhia.

Em 14 de junho de 2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o desdobramento de cada uma das 47.069.132 ações ordinárias, na proporção de 2 novas ações para cada ação ordinária possuída nesta data. Assim, em razão da aprovação do referido desdobramento, a Companhia emitiu 94.138.264 novas ações ordinárias, representando um aumento de 200% na base acionária e o capital social da Companhia passou a ser representado por 141.207.396 ações ordinárias, sem que haja qualquer alteração no valor do capital social ou nos direitos conferidos por essas ações a seus titulares, inclusive dividendos e quaisquer remunerações de capital social que vierem a ser distribuídos pela Companhia. O lucro por ação passa a ser demonstrado na nova proporção de forma retrospectiva nessas demonstrações financeiras.

Em 26 de setembro de 2016 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 118.560 o qual passará de R\$ 358.280 para R\$ 476.840, mediante a emissão de 24.000.000 novas Ações Ordinárias, que foram objeto de oferta pública de distribuição primária realizada no Brasil por meio de distribuição pública em mercado de balcão não organizado.

Em 03 de outubro de 2016 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$ 3.967.751,34 o qual passará de R\$ 476.840 para R\$ 480.808 mediante a emissão de 402.555 novas Ações Ordinárias, que foram objeto de oferta pública de distribuição primária realizada no Brasil por meio de distribuição pública em mercado de balcão não organizado.

O capital social é representado por ações autorizadas, subscritas e inteiramente integralizadas e está dividido da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	<u>Ações</u>	<u>Capital Total (%)</u>
Acionistas Fundadores	34.794.882	21,01%
Free Float (*)	130.815.069	78,99%
	<u>165.609.951</u>	<u>100%</u>

(*)O BNDES Participações S.A., GIC Private Limited, Genesis Asset Managers e Mawer Investments possuem posição acionária acima de 5%.

16.2 Reservas de capital

No âmbito da emissão de ações ocorrida em 26 de setembro de 2016, foi constituído ágio na subscrição de capital no montante de R\$ 325.440 e custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais no montante de R\$ 12.317 registrados em conta redutora, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos.

A reserva de capital está constituída da seguinte forma:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Ágio na subscrição de capital (a)	539.571	214.131
Plano de opção de compra de ações (nota 25)	9.741	6.508
Gastos com emissão de ações (b)	(37.009)	(24.692)
	<u>512.303</u>	<u>195.947</u>

(a)Em conformidade com a Lei 6.404/76, o preço de emissão das ações sem valor nominal pode ser fixado com parte destinada à formação de reserva de capital.

(b)Em conformidade com o Pronunciamento CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações foram registrados separadamente como uma redução do patrimônio líquido.

16.3 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, em conformidade com parágrafo 1º do artigo 182, a Companhia não constituiu a reserva legal pois o montante das reservas de capital excederam o percentual de 30% sobre o capital social.

16.4 Dividendos

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Lucro líquido do exercício	68.501	63.818
(-) Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº. 6.404)	-	-
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	<u>68.501</u>	<u>63.818</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	17.125	15.954
Dividendos adicionais propostos pela Administração	18.875	16.046
Dividendos propostos pela Administração	<u>36.000</u>	<u>32.000</u>
Forma de pagamento		
Juros sobre capital próprio	-	24.000
Dividendos	36.000	8.000
	<u>36.000</u>	<u>32.000</u>
Movimentação dos dividendos		
Saldo inicial - Dividendos a pagar referente ao exercício anterior	8.000	14.700
Dividendos pagos referente ao exercício anterior	(8.000)	(14.700)
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	17.125	15.954
Dividendos adicionais propostos pela Administração	18.875	16.046
Dividendos pagos referentes ao exercício	(16.000)	(24.000)
Saldo final - Dividendos a pagar referente ao exercício	<u>20.000</u>	<u>8.000</u>
Apresentação dos dividendos		
Passivo - Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	1.125	-
PL - Dividendos adicionais propostos pela Administração	18.875	8.000
	<u>20.000</u>	<u>8.000</u>
Quantidade de ações em 31 de dezembro	165.609.951	140.509.623 *
Dividendos e juros sobre o capital próprio por ação – em reais	<u>0,22</u>	<u>0,23</u>

(*) Valores pós desdobramento das ações de 13 de Junho de 2016

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de fevereiro de 2016, foi aprovado, nos termos do artigo 9º da Lei 9.249/95, o pagamento de dividendos no valor bruto de R\$ 8.000, os quais foram imputados ao valor do dividendo mínimo previsto no Artigo 36 do estatuto social da Companhia, e foram pagos em 10 de maio de 2016.

A proposta de orçamento de capital de 31 de dezembro de 2016 da Diretoria da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2017, destina o saldo da conta de reserva para retenção de lucros de 2016, no montante de R\$ 32.501, para os investimentos demonstrados abaixo:

Investimentos:	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Infraestrutura	4.599	4.450
Inovação de pesquisa e desenvolvimento	7.359	7.240
Aquisições	<u>20.543</u>	<u>20.128</u>
Total dos investimentos	<u>32.501</u>	<u>31.818</u>
Fonte dos recursos:		
Reserva de lucros	<u>32.501</u>	<u>31.818</u>
Total das fontes	<u>32.501</u>	<u>31.818</u>

17 Provisão para contingências

A Companhia e as suas controladas são parte (pólo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Em 31 de dezembro de 2016, a Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis no valor de R\$ 518 (R\$ 575 em 31 de dezembro de 2015).

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 2.099 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.072 em 31 de dezembro de 2015), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

As possíveis contingências das empresas adquiridas serão garantidas pelos antigos proprietários conforme contratos de compra e venda. A Companhia possui valores retidos suficientes para garantir esses compromissos, classificados na rubrica outros créditos no balanço patrimonial, com base nas diligências realizadas durante os processos de aquisições.

Movimentação	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	284	291	575
Adições	542	39	581
Baixas	(595)	(91)	(686)
Atualização	23	25	48
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>254</u>	<u>264</u>	<u>518</u>

18 Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta operacional para fins fiscais e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	31/12/16	31/12/15
Receita bruta operacional		
Receita de manutenção e assinatura	479.750	409.765
Receita de serviços	88.239	93.128
Outras receitas*	1.216	2.340
	<u>569.205</u>	<u>505.233</u>
Impostos sobre vendas		
PIS	(3.602)	(3.079)
COFINS	(16.622)	(14.209)
ISS	(13.190)	(11.001)
INSS	(20.131)	(9.997)
Outros	(3.425)	(5.300)
Cancelamentos e abatimentos	<u>(16.436)</u>	<u>(12.464)</u>
	<u>495.799</u>	<u>449.183</u>

(*) Os valores de outras receitas refere-se a reversão de earn-out não atingido das empresas adquiridas pela Companhia.

19 Custos e despesas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Natureza				
Aluguéis	-		(9.475)	(9.930)
Comissões	-		(19.666)	(15.679)
Depreciação e amortização	-		(56.316)	(51.869)
Manutenção e conservação	-		(6.314)	(5.404)
Pessoal	-		(245.792)	(217.281)
Propaganda e publicidade	(33)	(3)	(4.838)	(3.480)
Serviços de terceiros	(37)	(10)	(26.232)	(28.250)
Viagens e estadias	-		(11.838)	(11.873)
Despesas com link *	-		(23.357)	(14.642)
Despesas com Informática	-		(2.721)	(3.273)
Outros	(173)	(111)	(21.074)	(17.741)
	<u>(243)</u>	<u>(124)</u>	<u>(427.623)</u>	<u>(379.422)</u>
Função				
Custo dos serviços prestados	-		(147.364)	(128.267)
Despesas administrativas e gerais	(208)	(124)	(152.350)	(134.784)
Despesas de vendas	-		(62.453)	(54.768)
Pesquisa e desenvolvimento	(35)		(59.894)	(57.818)
Outras despesas operacionais	-		(5.562)	(3.785)
	<u>(243)</u>	<u>(124)</u>	<u>(427.623)</u>	<u>(379.422)</u>

*No caso específico das despesas com links, o aumento é resultado da consolidação do ano completo de Chaordic e Neemu, operações 100% em nuvem, além do rápido crescimento das

ofertas cross, especialmente o Cupom Fiscal Eletrônico (NFC-e), que também são 100% entregues em nuvem

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
<u>Receitas Financeiras</u>				
Juros ativos	1.719	2.107	2.183	1.945
Juros s/aplicações financeiras	7.260	10.176	45.391	30.179
Descontos obtidos	-	2	114	104
Variação cambial ativa	-	-	16	2
Outras receitas	299	286	1.763	(365)
	9.278	12.571	49.467	31.865
<u>Despesas Financeiras</u>				
Juros passivos	(10)	-	(270)	(128)
Juros s/empréstimos e financiamentos	(1.719)	(1.870)	(15.108)	(14.099)
Desconto concedido	-	-	(6.737)	(4.144)
Variação cambial passiva	-	(27)	(49)	(110)
Imposto sobre operações financeiras	(559)	-	(827)	(153)
Outras despesas	(92)	(246)	(1.753)	(1.626)
	(2.380)	(2.143)	(24.744)	(20.260)
	6.898	10.428	24.723	11.605

21 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

21.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de suas controladas de clientes.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

A Companhia possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração, onde o maior cliente representa apenas 2,6% da receita.

As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes (vide Nota

Explicativa nº 7). O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos individuais.

Em 31 de dezembro de 2016, a exposição máxima referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber está representada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Caixa e equivalentes de caixa	52	116	7.227	14.790
Aplicações financeiras	31.261	8.021	658.221	229.091
Contas a receber de clientes	-	-	109.064	94.468
	<u>31.313</u>	<u>8.137</u>	<u>774.512</u>	<u>338.349</u>

21.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	Controladora			Consolidado	
	Até 1 ano	Até 2 anos	Total	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	22	-	22		
Empréstimos e financiamentos	11.294	2.845	14.139		
	<u>11.316</u>	<u>2.845</u>	<u>14.161</u>		
Fornecedores	6.254	-	-	-	6.254
Empréstimos e financiamentos	34.499	36.536	69.809	424	141.268
Contas a pagar por aquisição de controladas-Earn Outs	13.364	28.133	7.381	-	48.878
Contas a pagar por aquisição de controladas-Parcelas Retidas	7.365	13.240	14.330	-	34.935
Contas a pagar por aquisição de controladas-Outras	2.779	-	-	-	2.779
Outros contas a pagar	4.110	638	758	-	5.506
	<u>68.371</u>	<u>78.547</u>	<u>92.278</u>	<u>424</u>	<u>239.620</u>

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e contas a pagar por aquisição de controladas.* O valor de contas a pagar por aquisição de ativos está registrado no balanço patrimonial na rubrica de Outras contas a pagar

Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

21.3 Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise da sensibilidade.

21.4 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

21.5 Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

21.6 Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	Valor Contábil		Valor Contábil	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	52	116	7.227	14.790
Aplicações financeiras	31.261	8.021	658.221	229.091
Contas a receber de clientes	-	-	109.064	94.468
Outros créditos	35	137	22.306	12.847
Total	31.348	8.274	796.818	351.196
Passivos Financeiros				
Fornecedores	22	14	6.254	6.454
Empréstimos e financiamentos	14.106	25.032	130.767	128.338
Contas a pagar por aquisição de controladas	-	-	80.594	95.571
Juros sobre capital próprio a pagar	-	20	-	20
Outras contas a pagar	-	-	6.041	8.072
Total	14.128	25.066	223.656	238.455

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora					
	31/12/16			31/12/15		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	52			116		
Aplicações financeiras	-	31.261	-	-	8.021	-
Contas a receber de clientes	-		-	-		-
Outros créditos	35		-	137		-
	87	31.261	-	253	8.021	-
Passivos financeiros						
Fornecedores	-		22	-		14
Empréstimos e financiamentos	-		14.106	-		25.032
Contas a pagar por aquisição de controladas	-		-	-		-
Juros sobre capital próprio a pagar	-		-	-		20
Outros contas a pagar	-		-	-		-
			14.128			25.066

	Consolidado					
	31/12/16			31/12/15		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	7.227			14.790		
Aplicações financeiras	-	658.221	-	-	229.091	-
Contas a receber de clientes	109.064			94.468		
Outros créditos	22.306			12.847		
	138.597	658.221		122.105	229.091	
Passivos financeiros						
Fornecedores	-		6.254	-		6.454
Empréstimos e financiamentos	-		130.767	-		128.338
Contas a pagar por aquisição de controladas-Earn Outs	-	46.692		-	52.108	
Contas a pagar por aquisição de controladas-Parcelas Retidas	-		31.123	-		37.640
Contas a pagar por aquisição de controladas-Outras	-		2.779	-		5.823
Juros sobre capital próprio a pagar	-		-	-		20
Outros contas a pagar	-		6.041	-		8.072
		46.692	176.964		52.108	186.347

21.7 Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

21.8 **Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros**

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP, CDI, IPCA, IGPM, IPC e SELIC, para financiamentos junto ao BNDES e contas a pagar por aquisições de empresas e CDI para aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 14,13% e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas de 25% e 50%.

Controladora					
Operação	Saldo em 31/12/16	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	31.261	CDI	13,63%	10,22%	6,82%
Receita financeira			<u>4.261</u>	<u>3.195</u>	<u>2.132</u>
Consolidado					
Operação	Saldo em 31/12/16	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	658.221	CDI	13,63%	10,22%	6,82%
Receita financeira			<u>89.716</u>	<u>67.270</u>	<u>44.891</u>

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2016, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, IPCA, IPC, IGPM, CDI e SELIC vigentes em 31 de dezembro de 2016, foi definido o cenário provável para o ano de 2017 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2016. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2016 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Controladora					
Operação	Saldo em 31/12/2016	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES	14.106		1.058	1.323	1.587
Taxa sujeita à variação		TJLP	7,5% *	9,38%	11,25%

Consolidado					
Operação	Saldo em 31/12/2016	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Financiamentos - BNDES	130.767		9.808	12.266	14.711
Taxa sujeita à variação		TJLP	7,5%*	9,38%	11,25%
Aquisição de empresas	9.824		706	883	1.060
Taxa sujeita à variação		IGPM	7,19%*	8,99%	10,79%
Aquisição de empresas	448		61	76	92
Taxa sujeita à variação		CDI	13,63%*	17,04%	20,45%
Aquisição de empresas	60.988		3.836	4.794	5.757
Taxa sujeita à variação		IPCA	6,29%	7,86%	9,44%

* <http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>

** Fonte : <https://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp>

22 Informação por segmento de negócio

A gestão dos negócios da Linx, nos âmbitos financeiro e operacional, está amparada no segmento denominado “Desenvolvimento de software” através de relatórios e controles internos gerenciais, com informações segregadas sobre receitas, despesas e investimentos. Os relatórios são revistos periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração para avaliação de desempenho e tomada de decisão sobre alocação de recursos e/ou investimentos.

	Desenvolvimento de software		Outros/reconciliação **		Consolidado	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
Receita operacional líquida	495.799	449.183	-	-	495.799	449.183
Custo dos serviços prestados	(147.364)	(128.267)	-	-	(147.364)	(128.267)
Lucro bruto	348.435	320.916	-	-	348.435	320.916
Despesas operacionais	(280.016)	(251.031)	(243)	(124)	(280.259)	(251.155)
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	68.419	69.885	(243)	(124)	68.176	69.761
Receitas (despesas) financeiras líquidas	17.825	1.177	6.898	10.428	24.723	11.605
Lucro antes dos impostos	86.244	71.062	6.655	10.304	92.899	81.366
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(22.161)	(17.128)	(2.237)	(420)	(24.398)	(17.548)
Lucro líquido do período	64.083	53.934	4.418	9.884	68.501	63.818

* As receitas operacionais da Companhia são obtidas substancialmente no Brasil, assim como os ativos não circulantes da Companhia.

** Os itens de outros/reconciliação referem-se aos saldos da controladora.

23 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2016, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta no consolidado por R\$ 5.000 para responsabilidade civil para profissionais, R\$ 70.000 para responsabilidade civil para administradores, R\$ 67.260 para riscos operacionais e R\$ 600 de veículos.

24 Lucro por ação

a. Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias conforme demonstrado abaixo:

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Lucro líquido do exercício	68.501	63.818
Número médio ponderado de ações	149.249.887	140.381.183*
Lucro por ação – básico (em Reais)	0,4590	0,4546

(*) Valores pós desdobramento das ações de 13 de Junho de 2016

b. Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia possui Plano de “*Stock Options*” com outorga de 1.082.819 opções de ações e o potencial dilutivo total do mesmo é representado por 1.690.610 opções de ações, já incluída a outorga inicial.

	<u>31/12/16</u>	<u>31/12/15</u>
Lucro líquido do exercício	68.501	63.818
Número médio ponderado de ações	149.780.388	140.676.254*
Lucro diluído por ação – básico (em Reais)	0,4573	0,4537

(*) Valores pós desdobramento das ações de 13 de Junho de 2016

25 Pagamento com base em ações

Foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 4 de dezembro de 2012 o Plano de Opção de Compra de Ações da Linx S.A., que estabelece as condições gerais de outorga de opções de compra de ações de emissão da Companhia nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

O Plano tem por objetivo atrair e reter aos administradores e empregados da Companhia e das sociedades que estejam sob o seu controle direto ou indireto, concedendo aos administradores e empregados a oportunidade de, sujeitos a determinadas condições, tornarem-se acionistas da Companhia, com vistas a: (i) recompensá-los em razão de seus cargos e pelo tempo de serviço na Companhia; (ii) estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; (iii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos de administradores da Companhia; e (iv) incentivar o desempenho e favorecer a retenção de pessoas chave da Companhia, na medida em que a sua participação no capital social da instituição permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações.

O plano é administrado pelo Conselho de Administração, que estabelece os programas de outorga, cabendo-lhe definir: (i) a criação e a aplicação de normas gerais relativas à outorga de opções nos termos do Plano e a solução de dúvidas de interpretação do Plano; (ii) o estabelecimento de metas relacionadas ao desempenho dos altos executivos da Companhia, de forma a estabelecer critérios objetivos para a eleição dos Beneficiários; (iii) a eleição dos Beneficiários do Plano e a autorização para outorgar opções de compra de ações em seu favor, estabelecendo todas as condições das opções a serem outorgadas, bem como a modificação de tais condições quando necessário para adequar as opções aos termos de lei, norma ou regulamento superveniente; e (iv) a emissão de novas ações da Companhia dentro do limite do capital autorizado ou a alienação de ações em tesouraria, para satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano.

Com o propósito de satisfazer o exercício de opções de compra de ações outorgadas nos termos do Plano, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital autorizado; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

Em 28 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga inicial de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 614.317 opções de ações, com preço de exercício de R\$18,72 (dezoito reais e setenta e dois centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 28 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 135.353 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 33,83 (trinta e três reais e oitenta e três centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 27 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 144.285 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 38,72 (trinta e oito reais e setenta e dois centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

Em 29 de fevereiro de 2016, o Conselho de Administração aprovou a concessão da outorga de opções de ações, e respectiva eleição dos participantes do plano e número de ações que cada um poderá adquirir com o exercício das opções, totalizando 188.864 opções de ações, com preço de exercício de R\$ 38,17 (trinta e oito reais e setenta e dois centavos), sujeito a ajustes em virtude de desdobramentos, grupamentos e bonificações, corrigido pela inflação calculada conforme o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, e ajustado conforme eventuais distribuições de dividendos e/ou juros sobre capital próprio.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo Black-Scholes de precificação de opções, que considerou as variáveis e resultados as seguintes:

Número	Data	Outorga			Premissas valor justo			
		Quantidade de opções (*)	Preço de exercício - reais (*)	Precificação de opções (*)	Dividendos - %	Expectativa de Volatilidade - %	Taxa de juros livre de risco - %	Prazo maturidade
1ª	28/02/13	1.842.951	6,24	4,24	3,3%	25,24%	10,27%	4 anos
2ª	28/02/14	406.059	11,28	3,94	0,8%	25,11%	10,12%	4 anos
3ª	27/02/15	432.855	12,91	3,95	1,3%	24,00%	12,96%	4 anos
4ª	29/02/16	566.592	12,72	4,67	0,8%	25,01%	7,25%	4 anos

(*) Valores após o desdobramento das ações realizado em 13 de junho de 2016

O efeito acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 3.233 (R\$ 2.603 no mesmo período de 2015), registrado na demonstração do resultado como despesa com salários. Este efeito não teve impacto no caixa da Companhia.

O saldo acumulado no patrimônio líquido apresentado em reserva de capital na rubrica de “plano de opções de ações” é de R\$ 9.741 (R\$ 6.508 em 31 de dezembro de 2015).

* * *

Alberto Menache
Diretor Presidente

Dennis Herszkowicz
Vice-Presidente Financeiro e RI

Eloisa Moraes Souza de Oliveira
Contadora CRC 1SP247057/O-9

RELATÓRIO E PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA DA LINX S.A.

1. Disposições Institucionais e Regimentais

O Comitê de Auditoria da Linx S.A. é um órgão estatutário que atua no assessoramento do Conselho de Administração da Companhia, constituído em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2016, o Comitê é composto atualmente pelo seu Coordenador, o Srº. João Cox e pelo Srº. Alberto Menache, ambos em pleno exercício de seus respectivos mandatos.

2. Competência

O Comitê de Auditoria da Linx S.A., no seu Regimento Interno tem como suas principais atribuições acompanhar, avaliar e assegurar a operacionalização dos processos, a gestão da auditoria interna e externa dos mecanismos e controles relacionados à gestão de riscos e a coerência das políticas financeiras com as diretrizes estratégicas e o perfil de riscos do negócio, bem como zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras da Companhia.

Com base nesse trabalho, o Comitê de Auditoria faz recomendações à Administração quanto à aprovação dos relatórios financeiros e sobre eventuais ações visando melhorias dos controles internos e redução de riscos.

À KPMG Auditores Independentes, empresa de auditoria externa, cabe assegurar que as Demonstrações Contábeis, representem adequadamente a posição patrimonial e financeira da Linx S.A., de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, com a legislação societária e com a regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como a revisão dos controles internos e das áreas de riscos.

3. Conclusão e Principais Recomendações do Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria da Linx S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 (“Demonstrações Financeiras e Anuais de 2016”) e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, bem como a proposta de destinação

do lucro líquido do exercício de 2016 e aprovação do orçamento de capital da Companhia para o exercício social de 2017, opinaram, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendaram a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia para seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017.

João Cox

Coordenador do Comitê de Auditoria

Alberto Menache

Membro do Comitê de Auditoria



LINX S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ: 06.948.969/0001-75
NIRE: 35.300.316.584

**Proposta de destinação do lucro líquido do exercício
(art. 9º, Parágrafo Único, II, da Instrução CVM 481/2009)**

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício foi de R\$68.500.647,09 (sessenta e oito milhões, quinhentos mil, seiscentos e quarenta e sete reais e nove centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de agosto de 2016, conforme proposto pela Diretoria, os Conselheiros aprovaram, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, o pagamento de dividendos intercalares aos detentores de ações de emissão da Companhia em 12 de agosto de 2016, no valor bruto de R\$16.000.000,07 (dezesseis milhões de reais e sete centavos), correspondente a R\$0,113308513 por ação, conforme projetado no balanço patrimonial da Companhia para 30 de junho de 2016, os quais foram declarados em 08 de agosto de 2016 e pagos a partir de 24 de agosto de 2016.

Está sendo submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) o pagamento de dividendos complementares no montante de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), correspondentes a R\$0,12076569 por ação.

Desta forma o montante global distribuído (dividendos referentes ao exercício de 2016) deverá ser de R\$36.000.000,07 (trinta e seis milhões de reais e sete centavos), correspondente a R\$0,217378242 por ação, acima, portanto, do previsto no Estatuto Social da Companhia como dividendo mínimo obrigatório.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

52,6% do lucro líquido do exercício de 2016 deverá ser distribuído.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não foram distribuídos dividendos com base em exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Está sendo submetido à aprovação da AGO o pagamento de dividendos complementares no montante de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), correspondentes a R\$0,120765690 por ação ON.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos propostos deverão ser pagos em moeda corrente nacional, e, salvo deliberação em contrário da AGO, no prazo de até 60 dias da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social de 2017.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos serão pagos no prazo acima, sem qualquer correção monetária entre a data da declaração/distribuição e a data do pagamento.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

07 de abril de 2017, data da AGO.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores**a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados**

Montante de R\$16.000.000,07 (dezesesseis milhões de reais e sete centavos) em dividendos, aprovados na Reunião do Conselho de Administração 08 de agosto de 2016.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os dividendos aprovados em 08 de agosto de 2016 foram pagos em 24 de agosto de 2016.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

(Reais)	31/12/2016 ^(*)	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido	1,2409	0,4136	1,3638	1,4486	1,3405

(*) Lucro líquido por ação ajustado ao desdobramento de ações realizado em julho de 2016.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

(Reais)	31/12/2016 ^(*)	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Proventos por ação	0,6521	0,2174	0,6837	0,6267	0,5370

(*) Lucro líquido por ação ajustado ao desdobramento de ações realizado em julho de 2016.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal**a. Identificar o montante destinado à reserva legal**

Não haverá alocação para a conta "reserva legal", tendo em vista que a referida conta, acrescida do montante das reservas de capital, excedeu, neste exercício, 30% do capital social, em conformidade com o art. 193, § 1º, da Lei 6.404/76.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social subscrito.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos**a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos**

Não se aplica, a Companhia não possui ações preferenciais.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica, a Companhia não possui ações preferenciais.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica, a Companhia não possui ações preferenciais.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica, a Companhia não possui ações preferenciais.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica, a Companhia não possui ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

“Artigo 36: Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício social, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

(a) importância destinada à constituição da reserva legal; e

(b) importância destinada à formação da reserva para contingências (artigo 35, “b”, do Estatuto Social), e reversão da mesma reserva formada em exercícios sociais anteriores.”

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O dividendo obrigatório está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há retenção do dividendo obrigatório.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não há retenção do dividendo obrigatório.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não há retenção do dividendo obrigatório.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não há retenção do dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

d. Justificar a constituição da reserva

Não há destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

O montante de retenção proposto para deliberação dos acionistas é de R\$32.500.647,02 (trinta e dois milhões, quinhentos mil, seiscentos e quarenta e sete reais e dois centavos), o qual será utilizado para suportar a proposta de orçamento de capital.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

A cópia do orçamento de capital encontra-se no anexo I.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não há destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

b. Explicar a natureza da destinação

Não há destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

ANEXO I

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA ORÇAMENTO DE CAPITAL 2017

Nos termos do parágrafo 2º do Artigo 196 da Lei 6.404/76, vimos submeter à deliberação de V.Sas. o orçamento de capital da Linx S.A. para o exercício de 2017, no valor de R\$ 32.500.647,02 (trinta e dois milhões, quinhentos mil, seiscentos e quarenta e sete reais e dois centavos), conforme discriminado abaixo:

Uso dos recursos	Valor (R\$)
Investimentos em infraestrutura	4.599.148,16
Investimentos de inovação de P&D	7.358.637,06
Aquisições	20.542.861,80

1. Os investimentos com desenvolvimento de softwares e representam a estimativa da Administração dos valores a serem despendidos em novos projetos e atualização dos sistemas atuais.

As fontes de financiamentos para o orçamento de capital da Linx S.A. para o exercício de 2017 serão:

Fonte dos recursos	Valor (R\$)
Reserva de lucros	32.500.647,02